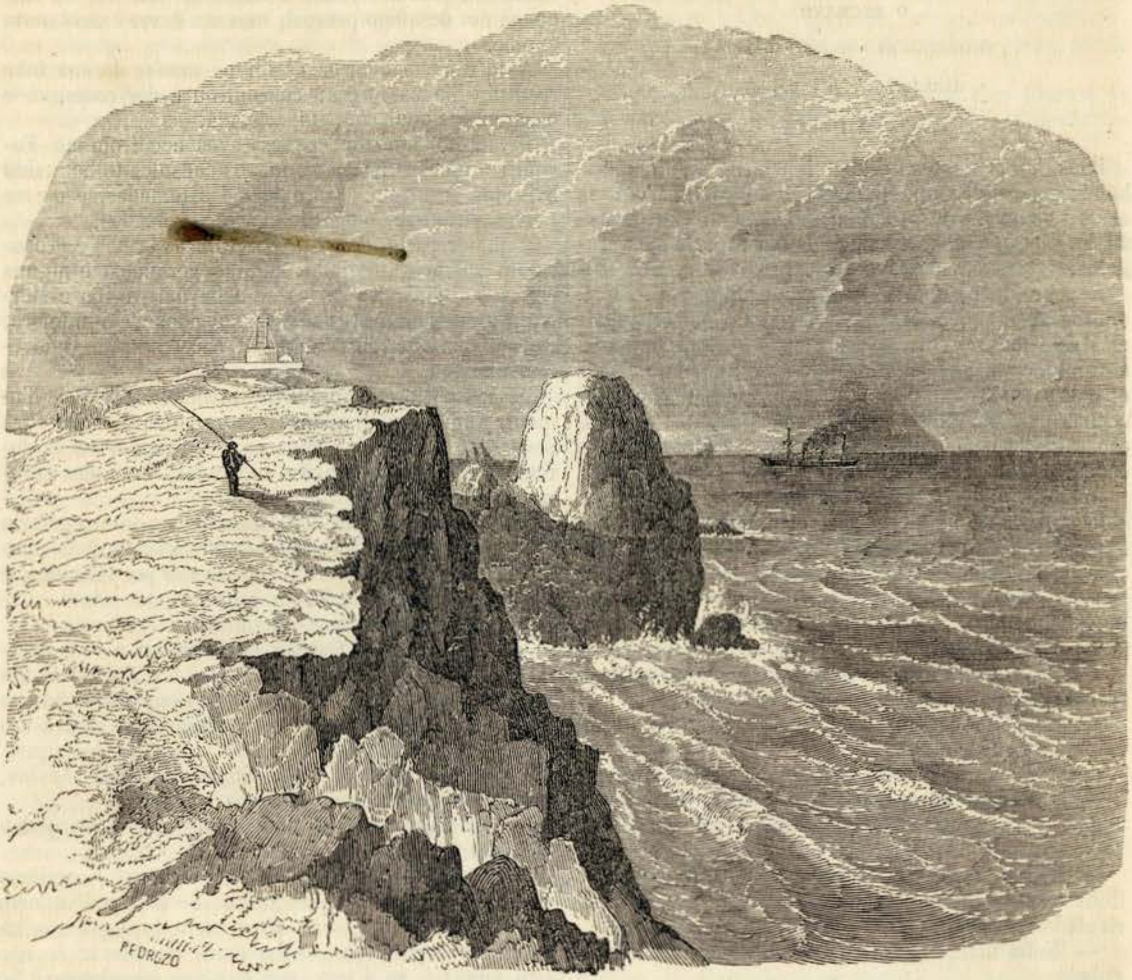


Cabo da Roca — Desenho e gravura de Pedroso

A uns trinta kilometros oes-noroeste de Lisboa ergue-se a romantica serra de Cintra, de formação volcanica, e pertencente ao systema — Carpetano-Vetonico. Corre de léste para oeste n'um comprimento de obra de dezoito kilometros.

Pelo lado do norte estende-se entre as villas de Cintra e de Collares, que estão sentadas nas suas faldas. Pelo lado do sul prolonga-se com o Oceano entre a villa e praça maritima de Cascaes, e o seu termo. Tem pouco mais de trinta kilometros de circumferencia, e uns seiscentos metros na sua maior altura sobre o mar.

Entrando pelo Oceano termina esta serra no *cabo da Roca*, conhecido e nomeado pelos antigos geographos com os nomes de *Promontorio Magno*, *Olisiponense*, *Artabro*, *Cynthio* ou *Promontorio da Lua*.

Plinio diz que este cabo se estendia pelo Oceano por espaço de 60 milhas.

O geographo hespanhol Florez, indo muito mais avante, pretendeu provar, que continuando elle por baixo do mar com pequenas elevações, ia formar a ilha da Madeira. Na verdade é uma opinião ousada. Entretanto não se póde duvidar, de que o embate e furor das vagas na diuturnidade dos seculos, o tem encurtado mais ou menos. São provas d'isto o seu córte a prumo, como alta muralha de pedra; e os enormes rochedos que o precedem na sua entrada no mar, mostrando visivelmente serem membros separados d'aquelle corpo pela braveza das aguas ou por abalos da terra.

N'esta sua extremidade apenas conta o cabo da Roca uns trinta e seis metros de altura, tendo por coroa um pharol, que se não faz notar como obra d'arte.

A serra de Cintra, tão amena e formosa para os lados de léste e do norte, onde é toda verdores; semeada de frondosos bosques, e cortada de torrentes que se despenham das rochas em vistosas cascatas, e de humildes arroios que se deslisam brandamente sobre alcatifas de perenne verdura; essa poetica serra que Byron cantou como paraiso terrestre, é triste e inhospita ao avisinhar-se no Oceano.

É formada a serra por *pedreiras graniticas*, de differentes especies; por *marmores cinzento*, *preto*, e *branco;* por *feldspatho branco grizeo*, em alguns sitios avermelhado; por *mica preta*, e *quartzo branco;* e por *porfido feldspathico*, de varias côres.

Esta ultima predomina bastante no cabo da Roca. Além d'estas pedras encerra a montanha variados productos metallicos. Tem-se encontrado em diversos sitios ferro, zinco, prata e enxofre.

I. DE VILHENA BARBOSA.

CHRONICAS DO POVO

I

O ESCRAVO

TRADUCÇÃO DE RODRIGO PAGANINO

(Conclusão. Vid. pag. 314)

VII

Duas horas depois, estava Norva estendida moribunda na esteira que lhe servia de cama, com as mãos nas mãos de seu filho, cujo nome murmurava ainda. Morgan, com a cabeça baixa e os braços cruzados, estava em pé á cabeceira.

A pobre mãe, que sentia Arvins junto a si, reprimia os gemidos, e procurava por instantes sorrir-lhe; mas este mesmo sorriso fazia gelar o coração. Tinha a fronte embrulhada em panno de linho, através do qual transsudava um sangue negro; as palpebras inchadas pela dor já se não podiam abrir, e a respiração saía-lhe com um sibilo funesto dos labios já sem côr.

Arvins, immerso na mais profunda desesperação, suffocava os soluços para não augmentar as angustias de sua mãe; mas as poucas horas que acabavam de decorrer tinham-lhe sulcado as faces com rugas tão profundas, como se se levantasse de uma prolongada doença. Inclinado para o leito de Norva, vigiava com olhos espantados todos os movimentos de sua mãe, interrogava-lhe a pallidez e escutava-lhe a respiração offegante.

De repente, Norva estendeu os braços e fez um esforço para se levantar.

— Arvins... balbuciou ella... onde estás... dá-me as tuas mãos... já as não sinto! Aperta-me uma vez ainda de encontro ao teu coração... Não me deixes, Arvins, pobre criança!...

A cabeça pendeu-lhe para o hombro de seu filho. Houve um momento de terrivel silencio. Arvins desorientado não se atrevia a olhar.

— Minha mãe, bradou elle em fim, com voz estrangulada.

— Foi ter com Meron, murmurou Morgan.

A criança levantou bruscamente a cabeça de Norva; mas esta caíu para traz insensivel e inanimada.

Estava orphão!

Não tentaremos descrever-lhe o desespero, nos primeiros momentos assustou o proprio Morgan; a pobre criança tinha desde a vespera experimentado tantas commoções, que estava com as forças extenuadas de todo. Uma febre ardente o devorava. Conheceu que ia perder os sentidos, e por algumas horas a sua dor foi uma especie de delirio. Depois, o cançaço mesmo trouxe alguma tranquillidade á sua alma.

Morgan, que o não tinha abandonado, aproveitou a occasião para lhe fazer cobrar animo.

— Mataram tua mãe, disse elle em voz baixa, choral-a é inutil, pensemos antes em vingal-a.

— Vingal-a, repetiu Arvins, e o que havemos de fazer?

— Recobrar força para me seguir quando chegar a occasião.

O joven celta levantou-se de um pulo.

— Vâmos, disse elle.

— É preciso esperar ainda, respondeu o velho; mas não temas, que nem por ser demorada será a vingança menos terrivel.

Desenvolveu então a Arvins o plano dos escravos. Era mesmo em Roma que devia rebentar a revolução. O projecto consistia em entregar a cidade ás chammas, e degollar todos que o incendio poupasse.

Arvins escutou com uma alegria feroz estes pormenores, que promettiam uma plena satisfação ao seu odio. Educado nas idéas da sua nação, acreditava firmemente que estes sanguinolentos sacrificios deviam aprazer aos manes de Norva. Fazer correr sangue romano era provar ternura á fallecida; não via na vingança um desafogo pessoal, mas um dever e uma santa expiação.

A idéa de satisfazer assim os manes de sua mãe restituiu-lhe as forças; concentrou a dor comsigo, e esperou o signal com impaciencia.

Deram-no um dia; os escravos acudiram ao Forum com fachos na mão; mas os consules tinham sido avisados, estavam as providencias tomadas, e os rebeldes viram-se, quasi de repente, cercados.

A maior parte d'elles depozeram as armas e procuraram salvar-se fugindo; alguns germanos e alguns celtas só, entre os quaes se achavam Arvins e Morgan, pretenderam resistir. Esmagados pelo numero, caíram todos feridos de frente, e cercados de cadaveres inimigos.

Arvins e Morgan foram levantados moribundos d'aquella cama sanguinolenta. Como contavam que elles podessem ministrar alguns esclarecimentos uteis, foram guardados em prisões separadas, onde lhes curaram as feridos.

Voltaram ambos á vida; mas nem o interrogatorio nem os tormentos lhes fizeram atraiçoar os seus complices. Os algozes tiveram que se dar por vencidos, e os dois armoricanos foram lançados na prisão commum, onde depunham as victimas destinadas ás feras.

Quando Arvins e Morgan se tornaram a ver, apertaram-se as mãos sem dar palavra, e sentaram-se um junto do outro. Tinham sido ambos enganados na sua ultima esperança, e iam morrer vencidos. Houve um silencio assaz prolongado.

— Minha mãe não será vingada! — disse Arvins, passado algum tempo, com voz sombria.

— Os nossos deuses não o quizeram — respondeu Morgan.

— O que vem a ser os teus deuses? — replicou amargamente o filho de Norva. Se não podem nem defender-nos em nossos lares, nem proteger-nos na escravidão, para que os havemos de adorar se não tem força? E se a tem, por que nos abandonam? Só os deuses de Roma são verdadeiros, porque elles só conservam a liberdade.

— Invoquemol-os então, disse Morgan desdenhosamente. Julgas por ventura que elles attendem as vozes dos escravos? Só aos senhores concedem a sua protecção; para nós, entregues por elles aos romanos, não são deuses, são inimigos.

— Assim, replicou o joven celta, não existirá o mundo d'ora em diante senão para servir de besta de carga a uma cidade? Para que haveriamos de nascer? Não fôra misericordia affogar a criança que abre os olhos á luz do dia? Que genio mau faria a terra, para ficar assim entregue á injustiça e á escravidão?

— O reinado da paz e da liberdade aproxima-se, disse uma voz suave.

Arvins, admirado, levantou a cabeça; era Nafel.

— Aqui! exclamou elle. Conspirastes tambem contra os oppressores?

— Não, respondeu o armenio, condemnaram-me ás feras só por eu adorar um Deus tal como o desejaveis ha pouco.

— Que quereis dizer?

— Sou christão.

Arvins olhou para Nafel com curiosidade. Tinha ouvido pronunciar muitas vezes este nome de christão com desprezo; era, segundo diziam, a religião dos criminosos e dos miseraveis, uma fabula vinda da Judéa, que seduzira os infimos da plebe, por ser novidade.

— Se o vosso Deus é bom, disse o filho de Norva,

não tem poder, visto que assim vos entrega aos vossos inimigos.

— O meu Deus ama-nos, respondeu Nafel, quer servir-se de mim para sustentar a sua lei. Cada fiel que vae morrendo, fecunda com o seu sangue a nova crença. A força de verem caír os martyres, ouvindo-lhes clamar: *sou christão*, hão de perguntar que significa esta palavra, que ensina os homens a morrer sem pena, perdoando aos seus algozes.

— E que quer isso dizer? — perguntou Arvins.

— Quer dizer que se acredita n'um só e verdadeiro Deus, que fez a terra para os homens, e os homens para viverem como irmãos. Todas as divindades falsas, que gozam hoje de adorações, hão de caír breve; porque não são mais que symbolos das paixões humanas, e não ficará senão o Deus que é de todos, como o sol.

— E que determina a sua lei?—lhe tornou Arvins.

— A liberdade e a fraternidade entre os homens, a felicidade de todos e a dedicação de cada um d'elles. Os mais santos a seus olhos não são os mais felizes, mas os que padecem. Vem para destruir a violencia e quebrar os ferros, não pela revolta, mas pela persuasão. Ha de chegar um dia, e não deve estar longe, em que a egualdade dos homens será proclamada, porque o christianismo não é só uma crença, é a lei humana, o espirito do futuro, uma era nova annunciada ao mundo.

— E não chegaremos a vêl-a? disse o filho de Norva.

— Que importa? A terra é apenas um desterro passageiro. Mesmo reformada pela lei de Christo, ha de ser só a sombra de um melhor mundo, onde cada um será recompensado conforme as suas obras.

— E quem nos abre as portas d'esse mundo? — perguntou Arvins.

— A morte, respondeu Nafel.

Arvins conservou-se calado por um instante. As palavras do armenio tinham-n'o commovido de uma maneira particular. Via lampejar ao longe uma inesperada luz, entrevia milhares de horisontes novos. Não se lhe tinha até então apresentado ao espirito uma idéa tão grande, tão bella, tão consoladora. Comparava esta religião, fundada na equidade e no amor, com o barbaro ensino de Morgan; e a imbecilidade dos seus deuses, que o deixavam sem consolações no abysmo, com a generosidade do Deus dos christãos, o qual para o indemnisar dos tormentos da vida, lhe mostrava além da sepultura uma existencia eterna, onde começava o reinado da egualdade.

— Visto isso, replicou elle, depois de longa reflexão, a tua crença, Nafel, estabelece n'este mundo uma lei de justiça e de verdade; mas como todas as obras humanas são imperfeitas, promette outra vida em que as iniquidades hão de ser remediadas, os culpados punidos, e os afflictos consolados. Ha de ser ahi que se ha de encontrar na completa perfeição, o que a lei de Christo não póde estabelecer senão imperfeitamente entre os homens, e a existencia no ceo ha de ser a continuação, e reparação da existencia na terra.

— Sim, disse o armenio, e a nós, que conhecemos a verdade, incumbe confessal-a diante de todos, e annunciar, caindo no circo, esta *boa nova* ao genero humano.

— Nafel, exclamou Arvins levantando-se, quero morrer christão.

VIII

Dias depois, alguns annuncios appostos nos edificios publicos, annunciavam o espetaculo dado pelo imperador ao povo romano. Precipitava-se a multidão para o circo, e ia-lhe invadindo successivamente os degraus como as ondas no fluxo da maré. Escravos com o ancinho na mão alisavam a areia pulverulenta, em quanto os bestiarios, de cabeça descoberta, e trajando apenas a tunica sem mangas, passeavam diante das jaulas.

Trouxeram os condemnados. Eram perto de duzentos. Na primeira linha iam Nafel e Arvins; seguia-os Morgan com a fronte erguida e o olhar tranquillo.

Ao passarem por diante da tribuna do imperador, inclinaram-se todos, repetindo, segundo o costume:

— Avè, Cesar, os que se encaminham para a morte te saúdam!

Chegaram ao meio do circo, onde lhes tiraram as cadeias; depois os lictores, os escravos e os bestiarios retiraram-se.

Houve porém um tempo de espera, em que reinou o maior silencio; as cabeças de todos estavam estendidas para diante, os olhos de todos fitavam-se na arena. N'este momento Nafel tomou a mão de Arvins, e exclamou com voz sonora:

— Romanos, o Deus dos christãos é o unico Deus verdadeiro; eu e esta criança morremos confessando o seu nome.

Não tinha acabado ainda, e já se ouviam ao mesmo tempo milhares de rugidos; tinham aberto todas as jaulas; as feras arrojaram-se ao circo.

A maior parte dos condemnados dispersou-se; Arvins e Nafel caíram de joelhos com as mãos erguidas para o ceo.

Começou então uma confusão horrivel. Mas a poeira que se levantava não tardou em envolver a todos como n'uma nuvem; só se viam confusamente alguns homens a fugir, ouviram-se muitos gritos, rugidos prolongados, depois insensivelmente esmoreceu tudo; e quando a nuvem se dissipou, appareceram sómente os ursos, os tigres, e os leões agachados, com o ventre mergulhado no sangue, acabando de tragar os restos dos cadaveres!

O ULTIMO DUQUE DE AVEIRO

I

Cursava a corte de Lisboa, no principio do seculo XVIII, um dos fidalgos mais qualificados d'essa epocha, D. Martinho Mascaranhas, em quem el-rei D. João V renovára o titulo de marquez de Gouvêa, por carta de 17 de janeiro de 1714, dando-lhe ainda a prerogativa e tratamento de sobrinho. [1]

Era D. Martinho Mascaranhas, a esse tempo, conde de Santa Cruz, mordomo-mór del-rei, do seu conselho, senhor das villas de Lavre e Estepa, das villas de Santa Cruz e Lagens, senhor das ilhas de Santo Antão, Flores e Corvo, commendador de Mertola, na ordem de Santiago, Mendo Marques e Vargem, na de Christo, alcaide-mór do castello e villa de Mertola, e dos de Montemór-o-Novo, Grandola e Alcacer do Sal. [2]

Casou, em 2 de junho de 1698, com D. Ignacia Rosa de Tavora, filha de Antonio Luiz de Tavora, marquez de Tavora, e da marqueza D. Leonor Maria Antonia de Mendonça, filha de Henrique de Sousa Tavares, marquez de Arronches.

Nasceram d'este casamento D. João Mascaranhas e D. José Mascaranhas.

II

Nasceu D. João Mascaranhas a 2 de julho de 1699, e, herdando os cargos, titulos e senhorios de seu pae, casou a 15 de outubro de 1718 com D. Theresa de Moscoso e Aragão, filha de D. Luiz de Moscoso Osorio

[1] D. Manrique da Silva, da casa dos condes de Portalegre, e sexto na ordem d'estes, foi o primeiro marquez de Gouvêa, creado por Filippe III, por carta de 20 de janeiro de 1625. *Nobiliarchia Portugueza, por Antonio de Villas Boas e Sampaio, pag. 73.*

[2] *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal, por D. Antonio Caetano de Sousa, pag. 132.*

Mendonça e Roxas, conde de Altamira e de Monte Agudo, marquez de Almazan e Rosa.

Diz D. Antonio Caetano de Sousa, que D. João Mascarenhas renunciára a sua casa e commendas em D. José Mascarenhas, por não ter successão [1], fallecendo em Castella: assevera, porém, um escriptor estrangeiro que, apaixonando-se por uma senhora casada com um filho da casa de Almada, a roubára e fugíra com ella.

E acrescenta: «O rapto, que em qualquer outro paiz é reputado um delirio de amor, em Portugal é conceituado crime capital, que só com desterro perpetuo se póde expiar». [2]

Ignorâmos se é verdadeira esta noticia do rapto: se é verdadeira, cremos que D. João Mascarenhas se refugiára, de feito, em paiz estranho. E mais plausivel nos parece este motivo da sua ida para Castella, que o da desgraça da sua familia, que, de certo, se verificou muitos annos depois d'aquella fugida, devendo ter sessenta de edade a esse tempo.

E seria, porventura, a impossibilidade de lograr na patria os seus bens e titulos, que o persuadiu a renunciar uns e outros em D. José Mascarenhas?

III

Nasceu D. José Mascarenhas a 2 de outubro de 1708, e, seguindo a carreira das letras, foi porcionista do collegio de S. Pedro da universidade de Coimbra.

Pela renuncia que n'elle fez seu irmão, obteve os titulos de marquez de Gouvêa e conde de Santa Cruz, e os senhorios, morgados e commendas que elle possuia como primogenito.

Foi mordomo-mór del-rei D. João v e del-rei D. José, deputado da junta dos Tres Estados, e presidente do Desembargo do Paço, de que tomou posse a 30 de agosto de 1749.

Casou a 20 de julho de 1739 com D. Leonor de Tavora, filha dos condes de Alvor, de quem teve varios filhos.

Por morte do duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre Ponce de Leon, litigou-se esta grande casa entre seu sobrinho, D. Antonio de Lencastre Ponce de Leon, duque de Banhos, e D. José Mascarenhas, marquez de Gouvêa.

Foi sentenciada ao marquez em 1749, e a 26 de maio de 1752, confirmada na relação a sentença, entrando na posse de tão vastos estados por decreto de 11 de agosto do mesmo anno.

Ficou sendo D. José Mascarenhas, desde então, além de marquez de Gouvêa e conde de Santa Cruz, duque de Aveiro, marquez de Torres Novas, Penella, Abiul, Lousã, Segadães, Recardães, Brunhido, Casal de Alvaro, e Pereira, alcaide-mór de Coimbra e de Setubal, alcaide-mór e senhor de Cezimbra, Barreiro, Arrabida, Samora Corrêa, Torrão, Ferreira, Castro Verde, Aljustrel, Arruda de Santiago de Cacem, Sines, etc.

IV

Tão extraordinaria mudança de fortuna em D. José Mascarenhas, passando da modesta posição de filho segundo á opulencia e esplendor dos titulos e prerogativas de primogenito; de marquez de Gouvêa a duque de Aveiro [3], e um dos maiores senhores do reino, cremos lhe deslumbrára o entendimento, fazendo germinar as ruins paixões que o impelliram ao attentado de 3 de setembro de 1758.

Não nos demoraremos nas particularidades dos varios actos d'este drama sanguinolento [1], nem entraremos na exposição do que se tem escripto para aggravar ou attenuar as circunstancias de tão horroroso crime. [2]

[1] *Memorias Historicas e Genealogicas cit., pag. 133.*

[2] *A Administraçao de Sebastiao José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, marquez de Pombal, etc. T.* II, *cap.* XI, *pag. 60 (2.ª ediçao).*

[3] El-rei D. João III, em o 1.º de janeiro de 1547, creou duque de Aveiro a D. João de Lencastre, marquez de Torres Novas, filho primogenito do sr. D. Jorge, duque de Coimbra, filho natural del-rei D. João II e da duqueza D. Beatriz de Vilhena, filha do sr. D. Alvaro.

Ou D. José Mascarenhas tramasse o assassinio delrei D. José [3], ou de Pedro Teixeira, de quem se mostrava aggravadissimo, como pretende um de seus apologistas [4], execravel se deve reputar, em qualquer dos casos, similhante delicto, que, por sentença de 12 de janeiro de 1759, expiou no patibulo, no meio de cruciatos horriveis. [5]

Disse-se que o marquez de Pombal folgára de ver humilhada a aristocracia com o supplicio de uma de suas principaes cabeças.

Em verdade, este insigne estadista julgava a antiga nobreza, e com razão, adversa ás reformas que havia emprehendido; e, sem a privar dos privilegios que ainda possuia, negou-lhe comtudo a consideração que ella suppunha ser-lhe devida. [6]

Vinte e dois annos depois do supplicio do duque de Aveiro, na noite de 3 de abril de 1781, a instancias da rainha a sra. D. Maria I, inspirada pelos sentimentos de benevolencia que caracterisaram todo o seu reinado, foram declarados innocentes, por uma junta de ministros, não só os que padeceram pena de morte com D. José Mascarenhas, mas os que haviam sido encarcerados como complices do regicidio. [7]

Pediu o procurador da coroa tempo para contrariar aquella decisão, e responder aos fundamentos em que a basearam os juizes. [8]

A novos ministros encarregou a soberana o exame da sua resposta; ainda, porém, em 1786 não havia tido solução tão importante negocio [9], nem a teve depois, segundo nos informa um escriptor moderno [10], permanecendo até aos nossos dias, envolto em terrivel mysterio, este celebre processo. [11]

O que é certo, por mofina, é que os bens confiscados ao duque de Aveiro não foram restituidos a seu filho, D. Martinho Mascarenhas, que n'elles devia succeder naturalmente.

Sem embargo de sua incontestavel innocencia, todos perdeu com as honras e titulos que lográra o duque; e, para não padecer os horrores da fome e os desconfortos da indigencia, valeu-lhe a generosidade do conde de Obidos, seu primo, que o agasalhou em sua casa com o carinho que tão grande infortunio merecia.

Quarenta e seis annos sobreviveu á catastrophe de sua familia a malaventurada victima de tão iniqua injustiça; falleceu, sem descendencia [12], a 29 de dezembro de 1805.

R. DE G.

[1] Vid. *Portugal, par M. Ferdinand Denis, pag. 355.*

[2] Vid. *Résumé de l'Histoire de Portugal, etc., par Alphonse Ralbe, pag. 374.*

[3] *L. M. Chaudon e F. A. Delandine*, auctores do *Nouveau Dictionnaire Historique etc.*, dizem no *t.* I, *art. Aveiro, 8. ed.*, referindo-se á *Gazeta de França* e ao *Jornal Politico de Genova* de 22 de fevereiro de 1783, que José Polycarpo, fallecido no hospital geral de Lisboa em janeiro de 1783, e declarado, por sentença de 12 de janeiro de 1759, culpado de haver disparado os tiros contra el-rei D. José, declarára ao seu confessor, estando para morrer, que realmente havia commettido o crime de que fôra accusado, pedindo-lhe que, depois da sua morte, fizesse esta declaração publica.

E consta d'aquella sentença, que condemnou José Polycarpo a ser queimado vivo, que, effectivamente, se achava ausente ao tempo da publicação d'ella, e por isso se houve como banido.

[4] *Resposta ao poema intitulado* O Uraguay *etc., pag. 235.*

[5] *Nouveau Dictionnaire Historique etc., t.* I, *art. Aveiro.—A Administraçao de Sebastiao José de Carvalho e Mello etc., l. cit* — Não se podem ver sem horror as estampas que n'esta obra representam os supplicios a que se allude.

[6] *Ensaio sobre a Historia do Governo e da Legislaçao de Portugal etc. por M. A. Coelho da Rocha, pag. 190.*

[7] *A Administraçao de Sebastiao José de Carvalho e Mello etc., l. cit.*

[8] Os juizes eram dezoito, e só tres votaram contra.

[9] *Resposta ao poema intitulado* O Uraguay, *etc., pag. 233.*

[10] *Carta do marquez de Lavradio em resposta a de s. exc. o sr. marquez de Pombal, pag. 4.*

[11] *Portugal, par M. Ferdinand Denis, pag. 355.*

[12] O duque de Aveiro havia ajustado o casamento de seu filho. D. Martinho Mascarenhas, com D. Margarida de Lorena, irmã immediata do duque de Cadaval, ainda menor; porém el-rei D. José prohibiu a celebração d'este matrimonio. E esta prohibição concorreu para exasperar o animo do duque contra el-rei, segundo se affirma na sentença de 12 de janeiro de 1759.

CONVENTO DA MADRE DE DEUS

Foi fundado este mosteiro pela rainha D. Leonor, mulher del-rei D. João II, e irmã del-rei D. Manuel. Teve principio em 1508 em umas casas e horta chamada das *Conchas*, que foram então compradas a Alvaro da Cunha. Sendo mui circunscripto o primeiro plano das obras, no decurso do anno seguinte achou-se o convento em circunstancias de ser habitado pelas freiras franciscanas da primeira regra de Santa Clara, que a rainha D. Leonor mandou vir do convento de Jesus de Setubal.

Depois foi a mesma fundadora ampliando o edificio, e construiu-lhe nova egreja, que não chegou a ver concluida, pois quando morreu faltava-lhe a capella-mór. Foi feita esta por seu sobrinho, el-rei D. João III; e como a esse tempo se tivesse operado a transição da architectura gothica para a classica, ou do *renascimento das artes*, fez-se o mesmo que na egreja de Belem: construiu-se a capella-mór segundo o gosto da moda, sem se importarem com o estilo do resto do templo.

O terremoto de 1755 causou alguma ruina a este edificio, que foi logo reparada, mas, já se sabe, sem



Convento da Madre de Deus — Desenho de Barbosa Lima

attenção á conservação das antigas feições. A porta principal e janellas do corpo da egreja foram feitas de novo, perdendo na reedificação as galas do estilo gothico.

A egreja é pequena, mas muito bonita e aceiada. É rica em obras de talha doirada, que se presume ser trabalho de um excellente esculptor, que, n'essa epocha, vivia em Lisboa, chamado Braz Mascarenhas. Adornam os altares e paredes do templo varios quadros pintados pelos artistas nacionaes, Bento Coelho da Silveira, que floreceu no seculo XVII, e André Gonçalves, que morreu em 1762, de cujo pincel é o quadro da Gloria sobre a capella-mór.

A sacristia é guarnecida de paineis, que, entre os artistas, gozam de boa reputação. Uns representam a vida de José do Egypto, e são obra do mencionado André Gonçalves. Outros, em que se vêem Santa Luzia, Santa Eufemia, e Santa Ignez, foram pintados por Bento Coelho. E dois outros são attribuidos a Christovão d'Utrecht, nascido na Hollanda em 1498, discipulo de Antonio Moro, e que esteve em Lisboa em tempo del-rei D. João III. Em um d'estes paineis está representado um papa abençoando duas damas e um homem, que, provavelmente, serão Clemente VII, el-rei D. João III, e as rainhas D. Catharina, sua mulher, e D. Leonor, sua tia, e fundadora do mosteiro. O outro representa o acto das bençãos nupciaes de D. João III e D. Catharina. No reverso d'estes dois paineis está pintada a procissão que levou para esta egreja o corpo de Santa Auta, no dia 12 de setembro de 1517, o qual foi enviado á rainha D. Leonor pelo imperador Maximiliano I.

Junto á casa do capitulo estão as sepulturas da rainha fundadora e de sua irmã D. Isabel, duqueza de Bragança, mulher do duque D. Fernando II, que foi degollado na praça de Evora por ordem del-rei D. João II.

A rainha D. Leonor fundou, contiguo a este mosteiro, um palacio para sua habitação, com serventia para o convento, e no qual viveu os seus ultimos annos. Era denominado *paço d'Enxobregas*, por estar situado no valle d'este nome, agora chamado de Xabregas. Este palacio, reconstruido no seculo passado, pertence hoje ao sr. marquez de Niza.

I. DE VILHENA BARBOSA.

PRIMEIRA EMBAIXADA DO JAPÃO Á EUROPA

(Vid. pag. 318)

Resta-nos ainda dizer alguma coisa do mais raro que viram em Madrid.

Foi para elles de pasmo as reaes cavallariças e a sala das armas ou arsenal do exercito, collocadas todas no mesmo edificio. Occupavam as cavallariças a parte inferior, e a sala destinada aos armamentos a superior. Havia n'aquellas, além de outros muitos cavallos, setenta de finissima raça e muito adestrados em tudo o que pertence á arte da picaria. Pelo que toca ao arsenal, estava elle cheio de armas de todo o genero, como lanças, espadas, achas de armas de dois gumes, arcabuzes, settas, pelouros, arcos, béstas, capacetes, viseiras, couraças, manoplas, broqueis e outras muitas de defensão e ataque, proprias especialmente da cavallaria. Viam-se alli as de que usava Carlos v, pae del-rei D. Filippe, e tres preciosissimas lanças que el-rei D. Sebastião mandára de presente ao monarcha hespanhol, e outra não menos singular, por ter pegadas duas espingardas que disparavam quando aquella se arremessava. Era em fim por muitos titulos insigne esta sala de armas, e ainda que, como diz o auctor, *não egualava a de Lisboa em grandeza e numero de armas*, devia comtudo ser contada entre as mais magnificas que então se conheciam. Aqui tem certos auctores, nossos contemporaneos, uma prova da leviandade com que muitas vezes escrevem das coisas patrias. Esquecidos do que foi Lisboa, e dos grandiosos edificios e raridades preciosissimas de toda a casta que o terremoto de 1755 tragou, reduziu a cinzas ou destruiu; encantados do que admiram n'outros paizes, desdenham totalmente da capital da sua patria, como de terra que ainda está na infancia, que nunca floresceu nem viu o que é grandeza e magnificencia!

Viram mais os embaixadores do Japão o riquissimo thesouro da casa real, em que se guardavam as alfaias da capella do paço, as joias da coroa, a baixela real, e muitas outras peças e obras de arte, tudo de grande valor intrinseco e artistico. Tambem ahi se admiravam alguns restos do antigo thesouro real de Portugal, como era a preciosissima armadura equestre que el-rei D. Sebastião mandára fazer para si na India, e se avaliava em quinhentos mil cruzados. N'uma das salas d'este thesouro estava o erario particular del-rei, que constava de seis grandissimos cofres com quatrocentos mil cruzados em prata amoedada, cada um, além de outros seis contendo grande quantidade de dinheiro em oiro, reservado para as grandes urgencias publicas. E em prova de que todo o melhor de Portugal se passou com a dominação de Castella para Madrid, diremos, que nem os animaes raros escaparam á rapacidade dos dominadores, pois um corpulentissimo elephante, e um enorme rhinoceronte, vindos da India para Lisboa, lá foram para Madrid enriquecer os museus de Castella, onde os nossos japões os admiraram! E gritam muitos por ahi contra o velho Portugal, que não soube legar-nos um grande museu de historia natural, a que a nossa dominação na Asia, Africa e America podia ter dado o mais prodigioso auxilio? Mas quando o melhor que tinhamos juntado, foi levado durante o dominio de Castella para a capital da Hespanha, e para a da França durante o pouco tempo do dominio de Napoleão I, além do que destruiu o terremoto, como merecem os nossos antigos ser tratados tão desabridamente?

Mas sigamos os nossos japões na sua saída de Madrid, d'onde partiram aos 37 dias de residencia n'aquella cidade, depois de terem na vespera visto el-rei no proprio collegio em que estavam, e de se ter restabelecido de uma grande doença Martinho de Fara. Havidos pois os presentes que a real munificencia lhes offereceu, com setecentos cruzados para os gastos da jornada, além de um coche, um carro para a bagagem, e algumas cartas commendaticias para os governadores das cidades maritimas, e para o conde de Oliva, embaixador hespanhol em Roma, partiram da corte a 26 de novembro do mesmo anno de 1584. Chegaram no mesmo dia a Alcalá, celebre já então por sua universidade fundada pelo cardeal Ximenes, arcebispo de Toledo, e frequentada por quatro mil estudantes. Tendo-se alli demorado tres dias, no grande collegio dos jesuitas, partiram a 29 do mesmo mez para Villa-real, e d'alli para Belmonte e Murcia, onde passaram o natal. Depois de 23 dias de permanencia n'esta ultima cidade, seguiram a 4 de janeiro de 1585 para Orihuela, Helche e Alicante, aonde chegaram no dia 6. Omittimos por brevidade as honras extraordinarias com que foram recebidos e tratados em todas estas cidades, e especialmente em Alcalá e Murcia. No porto de Alicante estava já de verga de alto a nau que el-rei lhes mandára aprestar para os levar á Italia, a qual fôra magnificamente adereçada e abastecida para os receber e tratar como a principes que eram, e hospedes de tão grande monarcha.

(Continúa) A. J. F.

FRAGMENTOS DE UM ROTEIRO DE LISBOA (INEDITO)

ANTIGUIDADES DA DYNASTIA D'AVIZ

(Vid. pag. 326)

Egreja de Nossa Senhora do Carmo. — Este monumento foi levantado pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em commemoração e agradecimento pela victoria de Aljubarrota, que lhe ornou de loiros a fronte, e que firmou a independencia de Portugal. Lançou-lhe a primeira pedra em julho de 1389, e viu-lhe pôr a ultima em 1423, depois de 33 annos de trabalhos nunca interrompidos. Durante a edificação duas vezes se alluiu a capella mór, de sorte que á terceira vez que se lhe abriram os alicerces se profundou o cavouco abaixo do nivel do valle, onde hoje vemos a praça de D. Pedro. Junto da egreja edificou um convento, que deu aos religiosos carmelitas, e nó qual veiu acabar os seus dias, depois de ter renunciado ás grandezas do mundo, e de ter repartido seus avultados bens. O terremoto de 1755 e o fogo que se lhe seguiu arruinaram o templo e o convento. Este foi pouco depois reconstruido, e novamente habitado pelos mesmos religiosos. Quanto á egreja, começaram a reedificação, mas deixaram-n'a em muito atraso.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834 deu-se ao convento diversas applicações, até que foi destinado para quartel da guarda municipal de Lisboa, que ainda alli permanece.

O templo tem de comprimento 73 metros, e 22 de largura. Contava 25 capellas vestidas de marmores de côres, obra posterior á primeira fabrica, a qual não sobresaía pelos primores da esculptura, mas recommendava-se pela pureza e severidade do estilo gothico. As obras da reedificação, começada pelos frades depois do terremoto, distinguem-se perfeitamente pela alvura da pedra das partes que restam da fabrica primitiva, ennegrecidas pelo tempo e estaladas pela voracidade do incendio. Entre as muitas alfaias e preciosidades que este templo possuiu, notava-se a espada do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e o sceptro del-rei D. João I de Castella, tomado pelo mesmo condestavel na batalha de Aljubarrota.

Esta espada, que o cataclismo de 1755 poupou, foi victima da barbaridade dos frades, que a mandaram cortar por ser muito comprida, a fim de a poderem collocar na mão de Santo Elias, que saía com ella em punho pelas ruas da cidade na procissão do

Corpo de Deus. Pela extincção das ordens religiosas em 1834, sendo nomeada uma commissão de tres religiosos d'este convento para fazer entrega das alfaias, foi um d'estes, frei Antonio Simão, levar a S. M. I. o duque de Bragança, de honrada memoria, aquella gloriosa reliquia de D. Nuno Alvares Pereira. [1]

No templo e convento do Carmo foram sepultadas muitas pessoas illustres em nobreza e em letras, taes como a mãe do condestavel; a duqueza de Bragança, D. Joanna de Castro, mulher do segundo duque, D. Fernando I, e alguns outros membros d'esta familia; os marquezes de Alegrete, e entre outras mais pessoas notaveis o celebre jurisconsulto Pegas, o padre Carvalho, author da «Chorographia Portugueza», e o Alfageme de Santarem, que o nosso illustre poeta visconde d'Almeida Garrett immortalisou no bello drama de que o fez protagonista. Tambem alli repousavam os restos do condestavel em um soberbo tumulo de marmore, que o terremoto destruiu, e que os frades depois substituiram por um egual de madeira, que se acha na egreja de S. Vicente de Fóra. As inscripções em caracteres gothicos, que se vêem na frontaria do templo, commemoram a fundação e sagração da egreja, e varias indulgencias concedidas pelo papa. Este monumento, que pedia de certo mais cuidado e respeito do que o que se lhe presta, é uma das mais preciosas reliquias da antiguidade, que Lisboa possue, assim como é um dos mais gloriosos padrões da historia de Portugal.

Casa de João das Regras. — Quando nas cortes de Coimbra, estando o paiz a braços com todo o poder de Castella, os pareceres se dividiam sobre a successão do reino, foi a voz eloquente do sabio jurisconsulto João das Regras, quem fez pender a balança dos destinos em favor do mestre d'Aviz, filho bastardo delrei D. Pedro I. E collocando a coroa sobre a fronte de D. João I, o seu futuro chanceller e privado, não fez só um eminente serviço ao chefe de uma nova dynastia, salvou tambem a independencia de Portugal dos grandes perigos que correria se a resolução fôra outra.

No largo do poço do Borratem existem ainda as casas onde morou o doutor João das Regras. Já muito alteradas na sua primitiva architectura, apenas se distinguem por tres grandes arcos ogivaes, sobre os quaes corre o primeiro andar. Pertenciam estas casas aos paes de João das Regras, que ahi viveram muitos annos, tendo tambem morado n'outras, que possuiam ás Escholas Geraes, onde nascêra aquelle illustre jurisconsulto. Elevado em cargos, e augmentado em riquezas pelas liberalidades de D. João I, João das Regras encorporou ao seu predio do poço do Borratem as casas visinhas, vindo-lhe depois por parte de sua mulher o palacio e ermida de S. Matheus, cabeça de morgado do mesmo nome, que ficavam defronte. D'este palacio e capella se fez em 1754 o convento de S. Camillo. O doutor João das Regras foi por sua filha, D. Branca, progenitor dos condes de Monsanto e marquezes de Cascaes.

Paços de S. Christovão. — O palacio arruinado, que se vê proximo da egreja de S. Christovão, pertenceu ao 1.° duque de Bragança, D. Affonso, filho bastardo del-rei D. João I. Chamavam-se então *paços de apar S. Christovão*. N'elles se celebraram as pomposas festas do casamento da infanta D. Leonor, filha del-rei D. Duarte, com Frederico III, imperador de Allemanha, em agosto de 1451. No reinado de D. João II era propriedade e habitação de D. Alvaro, segundo filho do duque de Bragança D. Fernando I, e neto do duque D. Affonso. Por ser D. Alvaro regedor das justiças, tomou o nome de *Regedor* a estreita rua, que vae do largo de S. Christovão para o dos Caldas, para a qual deitava uma das frentes do palacio. Tendo este passado para a familia dos condes de Aveiras, e marquezes de Vagos, á qual actualmente pertence, foi reedificado na primeira metade do seculo XVIII. O terremoto de 1755 derrocou este edificio, que todavia ainda conserva da antiga construcção um lanço de muro, uma porta na rua do Regedor e outros vestigios interiormente, e da reedificação alludida á frente que se ergue no largo de S. Christovão, e mais algumas partes menos importantes. [1]

Paço dos duques de Bragança. — Teve por fundador o condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Seu genro, D. Affonso 1.° duque de Bragança, augmentou-o bastante, e os seus successores por tal fórma o engrandeceram, que fizeram d'essa residencia o mais vasto palacio de Lisboa. Para se ajuizar da sua grandeza bastará dizer, que occupava quasi todo o lado de léste da rua do Thesouro Velho, toda a actual rua do duque de Bragança, o lado d'oeste do largo do Picadeiro, e todo o hotel de Bragança, cujo envasamento de cantaria até ao primeiro andar é da fabrica do palacio. E todavia a morada habitual dos duques era em Villa-Viçosa, onde tinham palacio e corte como principes. A Lisboa só vinham, de ordinario, com o fim de visitarem a familia real, ou de assistirem a alguma grande solemnidade.

Pela exaltação ao throno de D. João II, oitavo duque de Bragança, e quarto do nome na serie dos reis de Portugal, foram logo transportados de Villa Viçosa para este palacio os archivos, baixellas, e alfaias.

Como o novo soberano estabelecesse a residencia nos paços reaes da Ribeira, ficou o palacio ducal de Lisboa servindo de thesouro da casa de Bragança; e d'aqui veiu, mais tarde, á rua, onde tinha a entrada principal, o nome de — *Thesouro Velho*. El-rei D. João V procedeu a uma tão completa reconstrucção do palacio de Bragança, que lhe fez perder todas as suas antigas feições. N'elle se installou em 1720 a *academia real d'historia portugueza*, creada pelo mesmo soberano, a qual funccionou por largos annos, regular e activamente até 1734, na mesma sala em que algumas vezes se reuniram os restauradores da independencia nacional, quando dispunham em segredo a revolução de 1640.

O terremoto de 1755, e o incendio que se lhe seguiu, reduziram quasi todo o palacio a ruinas, perdendo-se joias e alfaias de subido valor, e documentos do archivo de grande importancia. Depois, não se cuidando em reedifical-o, foram-se construindo nos pateos, e sobre as paredes derrocadas, miseraveis casebres, em que vivia numerosa população, e onde se accumulavam a muita pobreza todo o genero de vicios e de dissoluções, e não poucos crimes. Um incendio acontecido em 1841, consumindo quasi tudo que o terremoto poupára, destruiu tambem todas essas nauseabundas habitações, e foi causa da transformação civilisadora, que ora vemos.

Apesar de tantas catastrophes, ainda existem de pé varias paredes com janellas do palacio ducal, deitando para a rua do Thesouro Velho, para um pateo do mesmo edificio, e para o largo do Picadeiro, pertencentes pela maior parte á reconstrucção de D. João V. Da antiga fabrica restam algumas escadas subterraneas, e magnificas cisternas, ha poucos annos desentulhadas e utilisadas.

Paços da Universidade. — A primeira universidade, que houve em Portugal, e primeira tambem que se creou na Peninsula por bulla pontificia, foi a de Lisboa. Fundou-a el-rei D. Diniz no anno de 1290 em edificio expressamente feito para esse fim no sitio então chamado a Pedreira [2], junto ao qual se cons-

[1] Vid. a estampa a pag. 8 do vol. II.

[1] Vid. as gravuras e artigos ácerca d'estes paços, e d'aquellas festas a pag. 273 e seguintes do IV vol. d'este semanario.

[2] Parece com muito bom fundamento, que este edificio estava situado no alto da calçada da Fundição, onde agora se vê o muro pertencente ás officinas do Arsenal do Exercito. Já no principio do seculo passado não restavam vestigios d'elle.

truiram no reinado de D. Fernando as *portas da Cruz*.

Esteve alli a universidade até 1308, em que o mesmo soberano a mudou para Coimbra. El-rei D. Affonso IV transferiu-a de novo para Lisboa no anno de 1338, accommodando-a no edificio que anteriormente occupára, e que se achava a esse tempo servindo de casa da moeda. Ao cabo de 16 annos tornou D. Affonso IV a mudal-a para Coimbra, onde permaneceu até 1377, em que el-rei D. Fernando novamente a trasladou para a sua primitiva séde, então chamada — *casas da moeda velha*, porque já havia casa nova da moeda, que deu o nome aos paços, que ahi se edificaram, e que são agora cadeia do Limoeiro; paços celebres na historia portugueza pelas scenas de que foi theatro no reinado, e depois da morte, do dito rei D. Fernando. [1]

N'esta ultima mudança conservou-se a universidade por muitos annos nas *casas da moeda velha;* porém arruinando-se pouco a pouco o edificio, passou a occupar casas de aluguel, com incommodo e descontentamento dos mestres. Sabendo isto o illustre infante D. Henrique, n'esse tempo residente em Sagres, no Algarve, todo entregue ás navegações e descobrimentos, fez doação do seu palacio de Lisboa á universidade, no anno de 1431 [2], para o qual esta se mudou immediatamente, e ahi permaneceu pelo espaço de 136 annos, até que el-rei D. João III a collocou outra vez em Coimbra no anno de 1537, d'onde não tornou a sair. As razões principaes d'estas mudanças eram, de Lisboa para Coimbra, as representações da camara e dos moradores do bairro escholar, que se queixavam dos incommodos e prejuizos que os estudantes lhes causavam; e de Coimbra para Lisboa as queixas dos mestres, sobre tudo os estrangeiros, que não queriam viver n'uma cidade afastada do trato do mundo, e falta de regalos e confortos.

A universidade, tempos depois da sua ultima mudança para Coimbra, alienou os seus paços de Lisboa, que foram passando a diversos proprietarios, e que ainda eram habitados em 1755, morando então n'elles monsenhor Amaral, prelado da egreja patriarchal, quando succedeu o terremoto. Desmoronou-se o edificio, e ao diante foram-lhe aproveitados os pedaços de parede que ficaram de pé, construindo-se sobre as ruinas pobrissimas habitações.

D'estes paços da universidade, a que el-rei D. Manuel fez algumas obras de augmentos e concertos em 1503, restam ainda preciosas reliquias, que se podem ver na *rua das Escholas Geraes*, á qual deram o nome, dentro de um pateo, hoje chamado *dos Quintalinhos*, fronteiro á casa dos srs. viscondes de Balsemão. Não consiste a preciosidade de taes reliquias em primores de arte, mas sim na alta valia de duas grandes memorias historicas que alli se juntam e abraçam: a fundação da universidade de Lisboa, uma das primeiras que houve na Europa; e a habitação do principe, que impellindo os portuguezes para os grandes descobrimentos do seculo XV, lançou as bases do poderio de Portugal no seculo XVI, e abriu as portas á moderna civilisação.

Na mesquinha frontaria do edificio do *pateo dos Quintalinhos* [3], descobrem-se entre outros pedaços de construcção antiquissima, duas portas dos antigos paços, ambas de verga de volta redonda. Uma tem por cima uma pedra com esculpturas bastante gastas pelo tempo, mas que ainda deixam distinguir no centro uma figura humana sentada. Sobre outra porta, que fica no interior do edificio, e para a qual se sóbe por uma estreita escada de pedra, de poucos degraus, está uma lapida mais pequena, que a supra citada, tendo esculpida no meio em baixo relevo uma figura humana, em pé, vestida de roupas talares, com uma inscripção por baixo em caracteres gothicos um pouco apagados, representando estarem gravadas n'uma fita. Por cima de outra porta, na mesma escada, encontra-se ainda uma terceira lapida egual a esta, e tambem com uma inscripção. Representariam sem duvida essas figuras a *Sapiencia*, que era o emblema da universidade. As pedras que estão esculpidas seriam provavelmente alli collocadas depois da doação do infante D. Henrique, pois que se acham embebidas nas paredes, e sem ligação com os arcos das portas. [1]







A entrada para o *pateo dos Quintalinhos* é um grande portão em meio de altos muros coroados de ameias.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

¹ No artigo do Roteiro em que tratâmos da cadeia do Limoeiro, dâmos algumas noticias dos paços da Moeda, do qual apenas resta um cunhal e a hombreira de uma janella, fazendo frente para a rua do Limoeiro.

² Logo depois, para que a universidade ficasse com mais largueza e logradoiro, comprou o dito infante umas casas que pegavam com o seu paço, e lhe fez dignalmente doação d'ellas. Perteneciam estas casas a D. Alvaro de Castro, que as vendeu ao infante por 400 dobras de bom oiro, e 44 panos de Castella.

³ Vid. a gravura a pag. 317 d'este volume.

¹ As tres pequenas gravuras, que acompanham este artigo, dão uma idéa exacta d'aquellas curiosas lapidas.

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

43.°

Importa fazer uma advertencia a respeito dos exemplos que transcrevemos no antecedente numero, para comprovar o emprego do advervio *onde* como adjectivo relativo.

Nas duas primeiras citações está escripto *onde*, e nas tres ultimas *aonde*. A razão é porque os auctores antigos acrescentavam um *a* no começo de alguns vocabulos, ás vezes por euphonia, ou para a versificação, mas em geral sem fundamento. Ainda hoje o vulgo tem este sestro, dizendo *alembrar*, *avoar*, etc., em vez de *lembrar* e *voar*.

N'aquelles tres exemplos, que textualmente copiámos, como nos cumpria, deve supprimir-se o *a*, por que *onde* e *aonde* são vocabulos diversos.

Quando ao adverbio *onde* se juntam as preposições *a*, *de*, *por* e *para*, embora se escreva n'uma só palavra, como *aonde*, *d'onde*, ou em mais de uma, á similhança de outros adverbios ou locuções adverbiaes, toma a accepção que têem e lhe communicam essas preposições.